

RESENHAS

BAHM, Archie J. **Comparative Philosophy: Western, Indian and Chinese Philosophies Compared**. Edição revisada. Albuquerque, World Books, 1995, 103 p. [Primeira edição:1977]

*Bento Itamar Borges**

O autor, Archie J. Bahm, é professor de Filosofia na Universidade do Novo México. Sobre ele, podemos dizer apenas, com base nas primeiras páginas do livro, que já publicou diversos títulos nas três áreas que agora pretende comparar. Por exemplo, escreveu sobre o Tao, Confúcio, Buddha, Krishna, Yoga e sobre as “religiões vivas do mundo”, bem como, cobrindo o lado ocidental, escreveu sobre metafísica, epistemologia, moral, ética, etc. Talvez seja significativo, mais sobre o público que sobre o autor, notar que os títulos com mais reedições sejam justamente aqueles sobre Buddha e sobre Yoga. Podemos ainda conjecturar que o autor seja um militante de um projeto que se desenvolve há, pelo menos, 43 anos, data de uma obra sua de introdução à Filosofia. O autor é também o editor de seus próprios textos e o nome da editora, World Books [Livros do Mundo], já anuncia a direção de uma “World Philosophy” [Filosofia do Mundo]. Além disso, o livro aqui resenhado é impresso em material bastante singelo. São hipóteses nossas, a partir das primeiras impressões que o livro traz, sobre o esforço de um professor

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

que batalha por um ideal de reunificação das filosofias, certamente sujeito ao boicote das editoras acadêmicas e convencionais. Não nos cabe aqui julgar se essa luta é inglória.

“O que é filosofia comparativa?” O primeiro capítulo esclarece didaticamente nossa primeira dúvida. Antes de mais nada, o autor propõe uma definição de filosofia, que é, na verdade, uma lista de seis componentes fundamentais: problemas, atitudes, métodos, atividades, conclusões e efeitos. Muito espaço para problemas e atitudes, poucas linhas para métodos, e a observação final de que “os efeitos de tais conclusões [filosóficas, porque obtidas por vias filosóficas], atividades, métodos, atitudes e problemas sobre a vida de indivíduos, sociedades e civilizações são talvez as partes mais significativas do que a filosofia é e faz” (p. 3). A filosofia comparativa não é apenas uma comparação de filosofias, pois ao comparar problemas de diversas filosofias, aparecem problemas adicionais, que requerem ênfase em novas atitudes. Nesse sentido, avisa o autor já no Prefácio, a filosofia comparativa “é ela mesma um tipo de filosofia” (p. vii). A questão fica aparentemente aberta à disputa: é a filosofia comparativa um ramo da filosofia ou uma filosofia suprema? (p. 22) Mas cremos que o autor pende para “a supremacia” da sua campanha, na medida em que a encara como um desafio e um serviço para a humanidade. Aqui, um estudante deve considerar que um projeto de síntese dessa natureza aumentará sua tarefa de aprendizagem, pois não vem substituir os componentes comparados e, sim, sobrepor-se a eles. A situação lembra-nos a política tributária, pois quando o governo anuncia um imposto simplificado, que viria substituir um antigo, podemos ter certeza que passaremos a pagar o antigo e o novo.

Na seção B, “Filosofia comparativa é comparativa”, o leitor se depara com uma contradição - a menos que se conceda a diferença

entre uma fase original e uma proposta de institucionalização -, pois na primeira linha do Prefácio lê-se que filosofia comparativa é um campo relativamente novo de estudo, ao passo que nessa seção B o autor afirma que “em sentido amplo, nada é mais velho que filosofia comparativa” (p. 3-4), na medida em que cada pessoa confronta a “filosofia de sua preferência” com suas próprias convicções. É como postular que todo fiel é ligeiramente herege, por duvidar de algum detalhe do credo que professa.

O texto não é completamente avesso ao estilo acadêmico oficial, já que até aqui a resenha pode estar permitindo tal impressão; a conceituação de filosofia comparativa, que tem seus próprios assuntos e valores, tem também sua história. Nesse ponto, o final do capítulo I equivale a uma “revisão da literatura”, onde encontramos inúmeros autores que se ocuparam do projeto. As referências, diz o autor, não são exaustivas e só cobrem publicações em inglês; todavia, sintomaticamente, os autores nos parecem desconhecidos, exceto, talvez, Albert Schweitzer, Charles Morris e Northrop - a menos que sejam homônimos.

Quem compara precisa de critérios. O capítulo II discute os padrões para a filosofia comparativa. Ei-los: a filosofia de cada um, nenhum padrão, características universais, características únicas, características selecionadas, um padrão ideal, todos os padrões e características juntos e, sobretudo, “a filosofia desenvolvida do mundo como padrão” (p. 41). Esse padrão, preferido pelo autor, é algo projetivo ainda, pois “se uma cultura do mundo, e uma filosofia do mundo, surgem como resultado de um processo histórico, então a filosofia comparativa será capaz de observar o ‘juízo da história’. No momento, só podem ser especulativas as questões sobre se e quando vai surgir uma cultura do mundo e como ela será” (p. 41), e tais padrões são ainda, naturalmente, impraticáveis.

O capítulo III toca, finalmente, na comparação de filosofias ocidentais e orientais, ou, mais precisamente, da ocidental com as orientais, já que a simples oposição ocidente versus oriente pode incorrer num engano, a saber, que há três grandes civilizações, e não duas, ou seja, a Indiana, a Chinesa e a Européia. Outra ressalva inicial é que, embora tenhamos preferência em destacar as diferenças e ignorar as semelhanças, “as pessoas são, pelo mundo afora, mais parecidas que diferentes, tanto biológica quanto culturalmente” (p. 45). Todavia, o autor vai destacar como cada uma dessas três civilizações enfatizou aspectos que as tornam únicas. O autor não se ilude quanto à sua formação e, conseqüentemente, sua tendenciosidade; ele sabe que, apesar de seu considerável conhecimento sobre os ideais Indianos e Chineses, ele não poderá “flutuar acima de sua cultura”, de modo que suas hipóteses sairão enviesadas. Ora, digo mais, a própria opção de colocar hipóteses, quaisquer que sejam, a fim de argumentar em favor de uma filosofia do mundo, já é uma opção típica de filosofia ocidental. O restante do capítulo cuida de comparar nas três tradições os ideais de vontade, razão, realidade e Deus.

A compreensão que Archie J. Bahm tem das filosofias não é tão simplificada como poderia sugerir o subtítulo de sua obra aqui comentada. Em uma nota do capítulo III, o mapeamento do mundo fica mais sofisticado, de modo que menos povos se sintam excluídos. Traduzo-a na íntegra: “‘Indiana’ inclui o Budismo e o Hinduísmo. ‘Chinesa’ inclui as culturas coreana e japonesa. ‘Européia’, que tem o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo como religiões típicas, estende-se onde quer que esses ideais tenham se espalhado, obviamente na América do Norte e na América do Sul. Todavia, o Islamismo na Índia e o Marxismo na China são ainda ‘europeus’ e o Budismo na China é ainda ‘indiano’”(nota 1, p. 79).

Os capítulos IV e V expressam, segundo diz o autor no Prefácio da edição revisada, “um avanço em minha habilidade como filósofo comparativo” (p. xii). O capítulo IV, intitulado “Verdade, Satya, Chéng: um estudo comparativo”, procurou tratar pontos de vista de diferentes civilizações “em termos de seus próprios conceitos”. O mesmo acontece no capítulo V, que trata de “Bem, Ananda, Chung”, e no capítulo final, que em duas páginas trata de três visões sobre o vácuo.

O avanço do autor vai também em outra direção, confirmando assim, aliás, nossa suspeita inicial sobre seu grau de engajamento nessa causa pela qual milita; no Apêndice da obra, intitulado “Filosofia comparativa e filosofia do mundo”, o autor chega a propor que a Universidade das Nações Unidas funde um Instituto de Pesquisa “que procurará descobrir todas as idéias sobre as quais todas as pessoas concordem. Um Instituto assim terá funções em quatro níveis, distinguíveis como I. Acordos universais, II. Alegações culturais [Cultural Claims], III. Museus, IV. Liberdades. Ora, alguns belos ideais podem parecer estapafúrdios, quando colocados no papel, em forma de um projeto - e, de fato, o autor já criou o Instituto de Filosofia do Mundo (ver endereço ao final) para assistir à criação do referido Instituto junto à ONU.

Um Museu para as “espécies culturais extintas” pode nos parecer um projeto ridículo, mas talvez nosso riso seja o riso do vencedor, do europeu, que não se vê ameaçado. Que tal pensarmos no povo Avá Canoeiro, com sua tribo - e sua língua - reduzidas a três pessoas? O extermínio é digno de memória.

Para concluirmos, apelo para o item IV, acima, do projeto do autor, que trata de Liberdades: “O Instituto deveria reconhecer os direitos de culturas e pessoas particulares terem suas ‘diferenças culturais individuais’ devidamente respeitadas, a menos que sejam danosas ao

bem-estar humano” (p. 102). Ora, sem grande interesse pessoal nesse projeto, exceto pela relativização da predominância eurocêntrica, podemos ver que o projeto do Professor Bahm é inofensivo e, como outros tantos, merece ser respeitado. Quem pode ir contra um “acordo universal” tão fundamental quanto “trate ao próximo como a ti mesmo”? (p. 102). É claro que nosso acadêmico ceticismo nos desencoraja, pois, embora concordemos com um princípio de conduta que parece acima da discórdia e da particularização, não poderemos esperar o mesmo das condições de aceitação de um novo sistema filosófico. Todavia, essa iniciativa não é menos filosófica - e certamente não menos maluca - que a Enciclopédia da Ciência Unificada, onde Thomas Kuhn publicou seu famoso livro. Os campeões da filosofia alemã contemporânea, Habermas e Apel, por exemplo, estão tentando fundar éticas do acordo discursivo. Desde o Terceiro Mundo, a Filosofia da Libertação quer, é claro, libertar o mundo todo.

Enfim, numa época em que o multiculturalismo é politicamente correto e em que ninguém arrisca uma síntese, não temos um pedestal de onde julgar, em nome de algum grande discurso racionalista, a conveniência de uma Filosofia comparativa rumo a uma Filosofia do mundo, com efeitos para a vida, etc. Quando muito, podemos duvidar que uma iniciativa assim venha a ser um Esperanto para a Babel da Filosofia.